

81% dos desempregados há mais de 2 anos são das classes D e E[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

O último registro de emprego em carteira de Carolina Cristina dos Santos, de 30 anos, foi há quatro anos como promotora de vendas. De lá para cá, ela tem sobrevivido de bicos. No começo, depois de muitas negativas das empresas na busca por uma recolocação, ela passou a fazer trabalhos em eventos. Pegava o que aparecia. Mas aí veio a pandemia, os trabalhos desapareceram e ela teve de correr atrás de outra alternativa para colocar comida dentro de casa e sustentar a filha de 11 anos. Hoje, a renda de Carolina, que continua procurando emprego, vem de um bico que conseguiu na montagem de lanternas para motos - trabalho que faz de casa, normalmente das 8 horas até meia noite. Para cada milheiro de peças, ela ganha R\$ 80. No mês, quando tudo corre bem, acaba tirando cerca de R\$ 1,5 mil. Desse valor, R\$ 700 vão para o aluguel da casa em que mora com a filha. "O problema é que essa renda é instável. Hoje você trabalha, mas amanhã pode não ter nada. Então, fica muito difícil", diz Carolina. Segundo ela, às vezes, o que ganha mal dá para pagar as contas do dia a dia. E, nessas horas, tem de recorrer à ajuda da mãe. A dificuldade de Carolina é igual a de outros milhares de brasileiros que estão desempregados. No Brasil, são mais de 3,7 milhões de pessoas sem emprego há mais de dois anos, o que representa 26% dos desocupados (em 2015, era 17%), segundo um levantamento feito pela Tendências Consultoria Integrada. Esse cenário é ainda mais perverso nas classes D e E, que respondem por 81% desse grupo de pessoas que estão há mais de 48 meses sem trabalho formal. "A participação dos mais pobres no desemprego de longo prazo é superior à participação desses próprios domicílios na pirâmide social (65,7% conforme a PNAD)", diz o economista Lucas Assis, responsável pelo levantamento. Os desempregados de longo prazo das classes D e E crescem bem acima das demais classes, elevando ainda mais a desigualdade no País. Entre 2015 e 2021, o número de pessoas sem emprego há mais de dois anos nas classes D e E avançou 173%; na classes C, 86%; na B, 53%; e na A, caiu 37%. Capital humano Na avaliação de Assis, o prejuízo desse quadro é enorme e representa uma perda de capital humano importante para o País. "Ficar tanto tempo desempregado significa desaprender tarefas, ficar desatualizado em relação às novas práticas e ter dificuldade em ser tão produtivo quanto antes", diz o economista. No final das contas, isso representa reduzir o potencial de crescimento da economia no médio e longo prazo. Pior: esse cenário aos poucos fica quase que irreversível, destaca o diretor do FGV Social, Marcelo Neri. Ao perder a qualificação e ficar mais desatualizado, o trabalhador reduz consideravelmente a chance de se recolocar no mercado comparado a alguém que está há menos tempo desempregado. "É uma situação preocupante. Parece que, quem cai no desemprego, fica no desemprego e não sai mais." Segundo ele, a última vez que tivemos um cenário semelhante foi em 1998, com uma sequência de crises, como a da Rússia, asiática e argentina. "Agora, estamos vivendo a mesma situação, com a pandemia e a guerra (na Ucrânia)." A perda de capital humano, segundo especialistas, é algo irreparável para um País, que precisa de mão de obra para retomar o caminho do crescimento. O problema é que não há muitos sinais de que isso irá mudar no ritmo necessário para o bem-estar da população. Segundo o economista VanDyck Silveira, presidente da Trevisan Escola de Negócios, para conseguir absorver todas as pessoas que entram no mercado de trabalho a cada ano seria necessário ter um crescimento anual de 3%. "Mas, nos últimos 40 anos, a economia brasileira teve um avanço médio de 1,5% ao ano." Ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB) não avança nem o suficiente para atender aos novos entrantes, quanto mais para recolocar os desempregados.